

A LINGUAGEM ORAL E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Maria da Glória Oliveira¹

RESUMO: Esta pesquisa teve como objetivo discutir sobre a Educação Infantil, com ênfase na linguagem oral e escrita nessa etapa de ensino. A escolha pelo tema justifica-se considerando a necessidade de compreender como as crianças constroem seus conhecimentos sobre a linguagem, sem perder de vista as práticas pedagógicas utilizadas em sala de aula e que devem nortear a referida etapa de ensino. O percurso metodológico constou de uma revisão bibliográfica, a partir de consultas em livros, artigos científicos e dissertações de mestrado sobre o assunto. Ao se eleger como objeto de estudo a linguagem e a escrita, o trabalho também incluiu estudos sobre a LDB – Lei de Diretrizes e Bases (1996); BNCC – Base Nacional Curricular Comum (2017); o PNE – Plano Nacional de Educação (2014-2024); DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, os quais serviram de bases legais para a realização da pesquisa. Os resultados sinalizaram que a linguagem é um elemento dinâmico e possui variantes regionais, e as capacidades comunicativas se desenvolvem por meio de práticas cotidianas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Linguagem oral e escrita. Práticas Pedagógicas.

ORAL AND WRITTEN LANGUAGE IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

ABSTRACT: This research aimed to discuss Early Childhood Education, with emphasis on oral and written language in this stage of teaching. The choice for the theme is justified, considering the need to understand how children build their knowledge about language, without losing sight of the pedagogical practices used in the classroom and that guide the referred teaching stage. The methodological path consisted of a bibliographical review, based on consultations in books, scientific articles and master's dissertations on the subject. By choosing language and writing as the object of study, the work also included studies on the LDB – Law of Guidelines and Bases (1996); BNCC- Common National Curriculum Base (2017); the PNE- National Education Plan (2014-2024), DCN- National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education, which served as legal bases for conducting the research. The results indicated that language is a dynamic element, and has regional variations and communicative abilities are developed through daily practices.

KEYWORDS: Early Childhood Education. Oral and written language. Pedagogical practices.

1. INTRODUÇÃO

Em tempos contemporâneos, surgem novas configurações acerca do ensino da linguagem oral e escrita da criança na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica. A linguagem oral é o caminho de comunicação e expressão do pensamento infantil e, nesse

¹Especialista em Educação Infantil e Anos Iniciais. Docente na Educação Básica. E-mail: mgloriaoliveira262018@gmail.com.

caso, não pode ser levada em consideração apenas a aprendizagem de palavras e sentenças soltas, desconexas do cotidiano da criança.

A linguagem é um elemento dinâmico e possui variantes regionais. Nessa perspectiva, a pesquisa, essencialmente bibliográfica, tem como objetivo discutir sobre a Educação Infantil, com ênfase na linguagem oral e escrita nessa etapa de ensino. As capacidades comunicativas se desenvolvem por meio de práticas cotidianas, tais como conto e reconto de histórias, relatos de acontecimentos diários e emissão de recados, e estas, por sua vez, fazem parte do processo de alfabetização da criança. Logo, é possível constatar a importância da linguagem no processo de desenvolvimento infantil, no entanto, observa-se a dificuldade das crianças quanto à construção de seu conhecimento sobre a oralidade e a escrita.

Muitas crianças ingressam no Ensino Fundamental com dificuldades evidentes no campo da leitura, e, por essa razão, acabam sofrendo consequências comprometedoras. Dessa forma, cabe aos educadores repensar suas práticas pedagógicas, de maneira que estas atendam às reais necessidades de aprendizagem das crianças, advindas de contextos socioculturais diferentes. Algumas delas contam com o apoio da família, que desempenha o seu papel de incentivadora da leitura, pois leem histórias para os filhos, além de colocá-los sempre em contato com recursos diversos de leitura. Outras crianças têm menos oportunidades de contato com recursos de leitura, além de não disporem da ajuda dos pais ou responsáveis nesse processo. A aprendizagem da criança é determinada pelas experiências vivenciadas no meio em que vive, bem como pelos estímulos recebidos.

Dentre as especificidades da criança na Educação Infantil, destaca-se a necessidade contínua da construção da autonomia, o desenvolvimento físico-motor e as interações com os objetos e espaços a que tem acesso, aliada ao desenvolvimento da linguagem que se constitui como um elemento indispensável nessa etapa. Assim, a escolha pelo tema justifica-se considerando a necessidade de compreender como as crianças da Educação Infantil constroem seus conhecimentos sobre a linguagem oral e escrita, com ênfase em práticas pedagógicas utilizadas, bem como nas bases legais que norteiam a referida etapa de ensino.

2. LINGUAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil é um dos espaços privilegiados para a aquisição da linguagem, propiciando a ampliação gradativa das capacidades de comunicação e expressão das crianças, de modo que, aos poucos, elas alcançam as capacidades linguísticas básicas: falar, escutar, ler e escrever.

É nessa etapa que a criança começa efetivamente a ter um contato com o meio social fora do ambiente familiar, aprendendo e interagindo com seus pares por meio de brincadeiras, comunicando-se e relacionando-se. Dessa maneira, é evidente que a linguagem é fundamental para que os pequenos possam ampliar suas possibilidades de inserção e participação social (SILVA, 2013).

Desde o nascimento, a criança tem contato com as diversas formas de comunicação, por isso chegam à escola com um campo de linguagem pré-estruturado, devendo este ser considerado pela escola. Assim, por meio da interação social, vão surgindo novos meios de se comunicar, diferentes do que a criança está acostumada no seio familiar, gerando crescimento deste campo de linguagem. Por esse motivo, a educação infantil torna-se fundamental no trabalho com a linguagem oral e escrita.

Quando a criança se apropria da linguagem, revelando seu potencial expressivo e criativo, ela rompe com as formas fossilizadas e cristalizadas de seu uso cotidiano, iniciando um diálogo mais profundo entre os limites do conhecimento e a verdade na compreensão oral. (GUIMARÃES e CORSINO, 2009, p. 15).

Sabendo que a Educação Infantil corresponde à primeira etapa da educação básica e que atende crianças de 0 a 5 anos de idade, faz-se necessário compreender que a linguagem deve ser trabalhada de maneira ampla e significativa, pois não se pode valorizar apenas a escrita, ou seja, é importante propiciar o desenvolvimento da fala, da escuta, da leitura e da escrita.

De acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil, é fundamental uma aproximação entre as dimensões sociais e educacionais do atendimento à criança pequena, partindo do princípio de que as crianças nessa faixa etária têm necessidades específicas e particularidades que devem ser abarcadas no processo educacional (MORGADO, 2013).

É fato que a Educação Infantil é o período em que a criança se encontra com amplas possibilidades de desenvolvimento e pronta para aprender inúmeras coisas que vão muito além da escrita. Não se pode, então, negligenciar aspectos do desenvolvimento infantil que precisam ser valorizados nesta etapa da escolarização. A criança precisa brincar, criar, se expressar, cantar, encenar, ouvir, reproduzir, enfim, ela precisa ser estimulada ao máximo para que haja um desenvolvimento integral.

No que tange à linguagem, é notório que as crianças pequenas estão em processo de construção, e esse processo será fundamental para que elas desenvolvam outras habilidades no decorrer de sua vida escolar. Por essa razão, é importante compreender que a educação infantil

deve desempenhar um papel na formação de leitores e usuários competentes da língua escrita, tendo como princípio que a criança é produtora de cultura.

Como sujeito de direitos, a criança cria cultura, brinca, dá sentido ao mundo, produz história, recria a ordem das coisas, estabelece uma relação crítica com a tradição. Como sujeitos que aspiram a novos conhecimentos, as crianças enfrentam o desafio de compreender os signos, os símbolos e os complexos sistemas de representação que circulam socialmente, dar sentido a eles e deles se apropriar. Ao interagir com os diferentes signos e com os conhecimentos que circulam socialmente, a criança o faz sob a mediação dos seus saberes e das suas experiências infantis. (BAPTISTA, 2010, p. 2).

Vygotsky, apud Coelho e Pisoni (2012), grande estudioso da educação, valorizava as relações do indivíduo com o meio. Para ele, o principal foco era a relação do indivíduo com a sociedade e as relações humanas, que por meio da linguagem e da cultura promovem a transformação. A criança nasce com funções psicológicas elementares e por meio de suas relações sociais evoluem para funções psicológicas superiores, tornando-se consciente de seu comportamento e suas ações no momento presente (COELHO e PISONI, 2012).

Por ser um defensor da aprendizagem por meio das relações humanas, Vygotsky abordou a mediação, enfatizando que a linguagem é um signo mediador por excelência. Assim, a aprendizagem acontece a todo momento de maneira contínua, por meio de saltos de um nível a outro no que ele denominava zonas de desenvolvimento.

Nesse sentido, destaca-se que a linguagem deve fazer parte dos principais objetivos da educação infantil, devendo ainda que seja considerada a linguagem e a cognição, bem como a linguagem e a comunicação. Esses dois aspectos permitem compreender amplamente a linguagem tanto no que tange à memória e à atenção quanto no que se refere à intenção comunicativa realizada por meio de gestos, olhares, desenhos, fala e etc. (MORGADO, 2013).

Partindo desse princípio, entende-se que a linguagem se desenvolve de maneiras diferentes nas etapas da vida da criança, acompanhando o desenvolvimento infantil. “Tal desenvolvimento vai se enriquecer com a formação da capacidade tanto de categorização de objetos, que será a base da denominação e da referência, como de imitação e memória, necessárias para reproduzir padrões vocais e gestuais” (BAPTISTA, 2010, p. 3).

Cruvinel e Alves (2013) explicam que a linguagem é dialógica, por isso precisa acontecer no ambiente social, na interação entre duas ou mais pessoas, já que elas não trocam simplesmente palavras, mas sim enunciados que se transformam na interação. Por essa razão, a linguagem é contínua e passível de mudanças.

Pode-se compreender a linguagem como instrumento de comunicação, pois, através dele, o ser humano comunica as experiências, estabelece 'laços contratuais', interage, compreende e influencia os outros com suas opções relativas ao modo peculiar de ver e sentir o mundo, com decisões consequentes sobre o modo de atuar nele. (SUZIN, 2014, p. 3).

No que tange à linguagem escrita, muitas são as controvérsias acerca de seu trabalho na educação infantil, contudo, é necessário entender que a criança nasce inserida em um mundo no qual existe escrita em toda parte, e que o trabalho com esta linguagem deve ser feito como uma imersão no mundo letrado, acompanhado de um trabalho amplo acerca da oralidade (GONZALES, 2004).

Desse modo, a aquisição da leitura e da escrita acontece naturalmente, e a criança entra em contato com a escrita em momentos lúdicos, levando-a a se interessar por livros, histórias e atividades que envolvem a linguagem oral e escrita. A linguagem aparece, então, como um dos elementos que permitem a ampliação das possibilidades de inserção e de participação da criança em várias práticas sociais.

A escrita deve entrar na vida da criança de uma forma que elas gostem e tenham interesse pela mesma. A escrita deve ser ensinada com sentido; não pode ser ensinada sem primeiro mostrar para a criança o que é, sempre deve se dar uma introdução porque elas estão aprendendo aquelas novas palavras. Se deve ensinar sempre através de signos e não através de sinal. (CRUVINEL E ALVES, 2013, p. 3).

Gonzales (2004) deixa claro que o trabalho com a linguagem na educação infantil não deve se limitar a ler histórias e realizar atividades descontextualizadas, mas sim promover a reflexão, a comunicação independente, a expressividade, o contato com diferentes fontes e tipos de textos, músicas, desenhos e outros.

3. A EDUCAÇÃO INFANTIL PRECONIZADA PELA BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM

A Educação Infantil era vista como uma etapa anterior e independente da educação formal, sendo citada como educação pré-escolar na década de 80. Assim, com a promulgação da Constituição de 1988, o atendimento de crianças nessa etapa passa a ser visto como obrigação do Estado, e somente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, passa a fazer parte da Educação Básica, porém não obrigatória. Antes, atendendo crianças de 0 a 6 anos, até que, com a modificação do ensino fundamental de 9 anos, passa a

atender crianças de 0 a 5 anos de idade. Somente com a Emenda Constitucional nº 59/2009, a Educação Infantil passa a ser obrigatória para crianças a partir de 4 anos de idade (BRASIL, 2017).

De acordo com a Base Nacional Curricular Comum – BNCC, a Educação Infantil refere-se à primeira etapa da educação básica e merece atenção especial, já que, em muitos casos, este início da vida escolar é a separação da criança de seus vínculos familiares para incorporar uma socialização estruturada. Por essa razão, a proposta da educação infantil deve girar em torno de brincadeiras e atividades lúdicas.

Uma educação que leve em consideração a ludicidade é um fazer humano mais amplo, que se relaciona não apenas à presença das brincadeiras ou jogos, mas também a um sentimento, atitude do sujeito envolvido na ação, que se refere a um prazer de celebração em função do envolvimento genuíno com a atividade, a sensação de plenitude que acompanha as coisas significativas e verdadeiras. (LUCKESI, 2000, p. 57).

A ludicidade compreende um valor social, cultural, afetivo e educativo que muito aproxima o ensino da brincadeira, deixando as atividades mais interessantes para as crianças, sendo possível vivenciar novas experiências e aprender de maneira significativa (FRIEDMANN, 1996).

Nesse sentido, a BNCC evidencia o cuidar e o educar, que nas últimas décadas foram as palavras-chave quando se tratava de educação infantil. Assim, creches e pré-escolas precisam acolher as vivências e os conhecimentos trazidos pelas crianças, articulando-os à proposta pedagógica para ampliar as suas vivências, suas experiências, seus conhecimentos e suas habilidades, consolidando novas aprendizagens.

Atualmente, a BNCC é o documento mais recente da educação brasileira, e, diferente dos anteriores, não se trata de um elemento norteador, mas sim o próprio currículo. Esta base já era prevista na Constituição, na LDB e no Plano Nacional da Educação, contando com a participação de especialistas, profissionais da educação e da sociedade em geral para sua elaboração.

A BNCC se trata, então, de um documento normativo que define um conjunto orgânico e progressivo de “aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento” (BRASIL, 2017, p. 7).

Para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental. Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. (BRASIL, 2017, p. 8).

Toda a proposta da BNCC é voltada para a aquisição de competências por meio da mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores voltados para a vida contemporânea, de modo a preparar os alunos para o exercício da cidadania e para atuar no mundo do trabalho. Além disso, o documento estrutura-se em cada etapa da educação básica, sendo que, na educação infantil, são definidos os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e os campos de experiência para cada subdivisão da educação infantil, sendo elas: bebês de 0 a 1 ano e seis meses; crianças bem pequenas de 1 ano e sete meses a 3 anos e 11 meses; crianças pequenas de 4 anos a 5 anos e 11 meses (BRASIL, 2017).

Os direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural (BRASIL, 2017, p. 10).

O documento não propõe conteúdos específicos e metodologias, mas evidencia os campos de experiências que devem ser explorados pelos docentes. Os campos de experiências são: o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Por meio de tais campos de experiências, a criança entrará em contato com o meio, com os outros, consigo mesma, com as diversas possibilidades de criar, expressar-se e aprender coisas novas, por meio do eixo estruturante de toda a proposta para educação infantil: interações e brincadeiras.

A BNCC deixa claro que existem aprendizagens, comportamentos, habilidades e conhecimentos essenciais para a educação infantil, e que os campos de experiências buscam abarcar essas necessidades por meio deste eixo estruturante, considerando também a faixa etária das crianças, pautando nas características de desenvolvimento de cada idade, sem que isso seja visto de forma rígida, já que se sabe que existem diferentes formas e tempos para aprender.

Como sugerido no documento, cada estado do Brasil deveria adequar a sua proposta à realidade e à especificidade de seu estado, e assim também os municípios, garantindo que não

se perca a identidade regional, além de priorizar e valorizar a grande riqueza cultural que existe no país.

4. AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Toda e qualquer proposta elaborada para a educação parte de leis maiores que regem a educação brasileira, tais como a Constituição e a LDB, e ainda com o propósito de alcançar os objetivos do PNE. Desse modo, sabe-se que a Educação Infantil segue diretrizes e parâmetros que definem suas características e objetivos.

Como exemplo disso, tem-se os Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil (RCNEI), que foi um documento elaborado pelo Ministério da Educação e entregue a creches, entidades equivalentes e pré-escolas no ano de 1998, atendendo à lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, objetivando auxiliar os professores em seu trabalho educativo diário com as crianças de Educação Infantil. Mesmo sendo um documento relativamente antigo, ainda hoje atua como norteador do trabalho pedagógico dos professores, por tratar de modo amplo e coerente a educação infantil (BRASIL, 1998). Atualmente, a BNCC é o documento base, mas que não perdeu de vista os preceitos estabelecidos pelos anteriores.

No que tange às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, sabe-se que elas tratam de uma Resolução CNE/CEB nº 5/2009, com o objetivo de estabelecer normas para a organização pedagógica da educação infantil, orientando políticas públicas e propostas para essa etapa de ensino (BRASIL, 2010).

Nela, a criança é definida como sujeito histórico de direitos que se constrói mediante interações e vivências, aprendendo e produzindo cultura por meio de brincadeira, imaginação, fantasia, observação, experiências, narrações, indagações e desejos (BRASIL, 2010).

Ainda de acordo com as DCNEI, em seu Artigo 9º, os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica são as interações e a brincadeira, experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização. (BRASIL, 2017, p. 17).

Por essa razão, as DCNEI estabelecem os princípios éticos, políticos e estéticos que devem ser observados nas práticas pedagógicas. As crianças precisam aprender autonomia, responsabilidade, solidariedade, respeito e outros valores importantes para a relação social, além de terem acesso à cidadania, construindo-se como seres críticos e democráticos. Por fim,

necessitam desenvolver sensibilidade, criatividade e liberdade para se expressar e produzir cultura (BRASIL, 2010). Sabendo disso, as DCNEI deixam claro que a proposta pedagógica da educação infantil precisa cumprir seu papel sócio político.

Nessa perspectiva, destaca-se que a brincadeira permite múltiplas aprendizagens e propicia um potencial para o desenvolvimento integral da criança, e ainda permite que ela expresse afetos, emoções, frustrações e, com isso, desenvolva habilidades humanas e sociais.

Outro aspecto que as DCNEI evidenciam é a importância da avaliação, explicando que cada escola deve elaborar seus métodos avaliativos sem a intenção de seleção, promoção ou classificação, garantindo que sejam utilizados uma observação crítica e contínua dos processos de aprendizagem, além da utilização de diferentes métodos de ensino, comunicação com as famílias e, claro, sem retenção.

Por fim, as diretrizes mostram que é importante uma transição adequada da educação infantil para o ensino fundamental, respeitando a idade das crianças e dando continuidade ao processo de aprendizagem. Dessa forma, fica evidente que não cabe à Educação Infantil antecipar os conteúdos do Ensino Fundamental.

5. A MÚSICA COMO EXPRESSÃO DE LINGUAGEM

A música está presente no cotidiano das pessoas, como por exemplo no trabalho, em casa, na rua e na escola, ou em outro lugar que esteja cercado por símbolos sonoros. A música não é apenas uma combinação de notas dentro de uma escola, mas também ruídos de passos e bocas, sons eletrônicos, ou ainda vestimenta e gestos do cotidiano de determinados indivíduos que gostam de um tipo de som.

Entende-se que a música é uma linguagem, que é ao mesmo tempo um elemento essencial de organização, socialização e integração com outras linguagens, e também um meio de comunicação mais fácil para conquistar, expressar e aproximar, além de ajudar na construção do conhecimento, na desinibição e medo, abrindo possibilidades de exploração e descoberta.

Por meio da musicalização, a criança expressa seus sentimentos, suas emoções, desenvolve o senso artístico e crítico, de modo a interagir socialmente. Martins (2005, p. 47) afirma que “Educar musicalmente é propiciar a criança uma compreensão progressiva da linguagem musical, através de experimentos e convivência orientada”.

A Educação Musical como meio privilegiado de mediação desperta na criança grande satisfação. Se a musicalização fala da existência, a diversidade de experiências humanas traduzidas na música das diferentes culturas e das diferentes expressões musicais da própria

cultura poderá aproximar-se do conhecimento mais profundo da música e da própria humanidade.

A criança constrói conhecimento a partir da interação com o meio em que ela vive, com as pessoas que a cercam. Assim, a educação musical exige um trabalho quando se trata de formar um grupo. O trabalho em grupo é complexo, pois deve preservar a expressividade de cada elemento. Muitas vezes, fica difícil duas ou mais pessoas se entenderem com maneiras de pensar completamente diferentes. Portanto o educador deve estar atento às formas de expressão das crianças e, quando necessário, interferir, de modo a promover a conciliação e o incentivo ao respeito mútuo.

A criança se comunica principalmente através do corpo, e cantando ela se torna o seu instrumento. Nicolau (2007) ressalta que:

Os estímulos sonoros do ambiente que nos cercam são intensos e a criança, desde seus primeiros anos de vida, já reagem a eles mediante a balbucios, gritos e movimentos corporais: é o modo de ela se manifestar diante dos sons; ela ouve, capta a sua direção e identifica as vozes das pessoas. Ela penetra progressivamente no mundo dos sons e, quanto mais adequados forem os estímulos, melhor ela captará o ambiente que rodeia. (NICOLAU, 2007 p. 162).

A partir do momento em que a criança entra em contato com a música, ela também aprende a se expressar através da linguagem oral, escrita gestual, trabalhando em grupo e permitindo uma maior e melhor interação educador/educando e educando/educando.

É preciso, porém, que os educadores saibam explorar ao máximo a musicalização, levando em conta toda a riqueza da diversidade cultural e benefícios ocultos ou psicológicos que ela traz. A música faz parte do desenvolvimento global do ser humano, pois estimula o desenvolvimento de uma série de virtudes, tais como: domínio próprio, autoestima, criatividade, habilidade motora, disciplina de ouvir, facilidade de expressão de sentimentos.

Então, pode-se observar que no campo educacional a música não é simplesmente uma forma de distração e divertimento, mas um recurso que auxilia na construção do conhecimento. Quando a música é vivenciada como linguagem musical, ela se torna importante para a alfabetização da criança, favorecendo a utilização das formas simbólicas de codificação e decodificação almejando a estruturação do conhecimento.

6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Tendo em vista a base teórica consultada para a realização deste estudo, é possível destacar ideias importantes que pontuam considerações sob o ponto de vista de autores do corpus da pesquisa. Observou-se que o professor da Educação Infantil, ao longo de sua trajetória, vivencia situações das mais diversas no que tange à sua atuação profissional. Tais exigências decorrem da necessidade das instituições de atendimento ao público infantil em adequar cada vez mais o ensino às determinações sociais e transformações históricas.

O estudo possibilitou compreender que no contexto da Educação Infantil, a figura do professor deve estar sempre em evidência. Todavia a formação do professor, seja ela inicial ou permanente, não deve ser considerada apenas como o acúmulo de conhecimentos, pautada somente em aspectos teóricos. Portanto esse processo deve estar em consonância com o conjunto de saberes, valores e atitudes necessários ao fazer pedagógico, uma vez que dele depende a aprendizagem da criança na Educação Infantil.

Demo (1993) sinaliza que é necessário rever a atuação do professor de Educação Infantil. Segundo o pesquisador, ele deve abandonar a imagem de “auleiro” para sedimentar a competência que deve ter, e deve ser capaz de estabelecer o diálogo inovador com os desafios do futuro. Nessa mesma direção, Libâneo (2001) clarifica a ideia de que os saberes apenas não são suficientes, é necessário que o professor seja competente.

No contexto dessa discussão, cabe buscar algumas definições de competência. Filipe Perrenoud (2000, p. 16) define competência como o domínio prático de um tipo de tarefas e de situações. Hirata (2014, p. 132) sinaliza que a noção de competência é imprecisa e esta é decorrente da necessidade de avaliar e classificar novos conhecimentos e novas habilidades geradas a partir das novas exigências de situações concretas de trabalho. Já Machado (2006, p. 1) afirma que “as competências incluem seis elementos: pessoal, idade, âmbito, mobilização, conteúdo, abstração e integridade”.

Como se pode observar, cada autor traz sua contribuição para a compreensão da competência enquanto um elemento indispensável para a vida cotidiana do professor. Assim, caberá ao docente da Educação Infantil refletir sobre sua prática de modo a aprimorar cada vez mais sua competência cognitiva e o desenvolvimento de habilidades necessárias na Educação Infantil.

Para que a Educação Infantil seja garantida com qualidade, é fundamental considerar os princípios que devem ser considerados na proposta pedagógica das instituições, ou seja, os princípios éticos, políticos e estéticos que dizem respeito à autonomia, solidariedade, direitos

de cidadania, sensibilidade, respeito ao bem comum, meio ambiente, exercício da criticidade, respeito à ordem democrática.

As Diretrizes da Educação Infantil sinalizam sobre a necessidade de as instituições de ensino adequarem a sua proposta pedagógica, de modo a garantir o cumprimento pleno da função sociopolítica e pedagógica. Para tanto, é necessário que o Projeto Político Pedagógico esteja em consonância com essas diretrizes.

Quanto aos espaços para garantir o bem estar das crianças, as Diretrizes Curriculares preconizam que as instituições disponibilizem área coberta para atividades externas compatível com a capacidade de atendimento da Instituição, bem como área para atividades e recreação ao ar livre, com os seguintes requisitos: parque infantil com equipamentos adequados à idade das crianças e mantidos em bom estado de conservação, áreas verdes, espaços livres e especialmente preparados para brincadeiras, jogos, pintura, dramatização e outras atividades curriculares, área ou pátio coberto para recreação e abrigo, suficientemente amplo e com satisfatórias condições de salubridade.

Desse modo, compreende-se que as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil tanto em nível nacional quanto estadual priorizam a formação da criança, fundamentadas na concepção cidadã, com foco no desenvolvimento integral, tendo em vista a construção do conhecimento, como sujeito social e histórico marcado pelo meio em que se desenvolve.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os primeiros meses de vida, o bebê emite sons que revelam o seu esforço para se comunicar. No entanto, não é somente a comunicação oral que merece destaque nessa discussão, mas também os gestos, a linguagem corporal. O contato da criança com o mundo das letras é constante, e isso possibilita o despertar permanente pela escrita. A partir dos dois anos, é comum os pequenos indagarem os adultos sobre o que está escrito nos mais diversos espaços.

Porém a aprendizagem da escrita necessita de aprendizagens mais efetivas, incluindo o contato com livros, jornais, revistas, rótulos, gibis, entre outros. Na Educação Infantil, é importante que o professor considere as práticas de leitura e escrita como elementos significativos no processo de aprendizagem da criança, sem, contudo, impor uma ação mecanizada.

No âmbito das considerações finais dessa pesquisa, a qual envolveu a linguagem na Educação Infantil, é imprescindível considerar a necessidade do docente em adotar procedimentos didáticos que possam contribuir para o desenvolvimento da linguagem infantil.

Assim, partiu-se de questionamentos iniciais, os quais envolveram questões inerentes às práticas pedagógicas envolvendo a linguagem oral e escrita e utilizadas pelos professores da Educação Infantil, incluindo o conhecimento acerca dos documentos oficiais do Ministério da Educação destinados à orientação curricular para a Educação Infantil, à formação continuada na escola com abordagem de temas e saberes que assegurem a ampliação de conhecimento dos professores que atuam na Educação Infantil.

O estudo possibilitou elucidar questões que contribuíram de maneira significativa para a obtenção das respostas às perguntas iniciais da pesquisa, e que envolveram a investigação acerca da linguagem oral e escrita na Educação Infantil, com ênfase nas práticas pedagógicas utilizadas em sala de aula e nas bases legais que norteiam a referida etapa de ensino.

8. REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Mônica Correia. **A linguagem escrita e o direito à educação na primeira infância.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6790-alinguagemescrita&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: mar. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum.** Brasília: MEC, 2017.

_____. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. **RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.** Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

_____. **Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil.** Brasília: MEC, 1998.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96.** Câmara dos Deputados, Brasília-DF.

COELHO, Luani; PISONI, Silene. **Vygotsky: sua teoria e a influência na educação.** Revista e-Ped – FACOS/CNEC Osório, v. 2 n. 1. Ago. 2012.

CRUVINEL, Fabiana Rodrigues; ALVES, Gabrielle Marques. **Como desenvolver a linguagem oral e escrita na Educação infantil.** Revista científica eletrônica de pedagogia – ISSN: 1678-300X. Janeiro de 2013 – Periódicos Semestral.

DEMO, P. **Desafios modernos da educação.** 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1993. Disponível em: <<http://envolverde.ig.com.br/materia.php?cod=47952&edt=1>>. Acesso em: mar. 2021.

FRIEDMANN, Adriana. **Brincar: crescer e aprender – o resgate do jogo infantil.** São Paulo: Moderna, 1996.

GONZALES, Keila Cristina Arruda Vilamayor. **Linguagem escrita na Educação Infantil: Perspectivas para a prática pedagógica indicadas na produção acadêmica brasileira entre 1983 e 2001.** Santa Catarina: UFCS, 2004.

GUIMARÃES, Daniela; CORSINO, Patrícia. **Prática educativa da Língua Portuguesa na Educação Infantil.** IESDE Brasil. Curitiba, 2009.

HIRATA, H. **Da polarização das qualificações ao modelo da competência.** In: FERRETTI, C. J. et al. *Novas O trabalho dos professores e o discurso sobre competências. Tecnologias, trabalho e educação um debate multidisciplinar.* 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

MACHADO, L. **O “modelo” de competências e a regulamentação da base curricular nacional e de organização do ensino.** In: *Trabalho & Educação.* Universidade Federal de Minas Gerais: 2006.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

MORGADO, Maria de Lurdes dos Santos. **Educação Infantil: o desenvolvimento da linguagem oral em crianças de 1 a 3 anos e o trabalho do professor.** Lins: UNISALESIANO, 2013.

PERRENOUD, P. **Construir competências é virar as costas aos saberes?** In: *Revista Pátio,* Porto Alegre: ARTMED, ano 03, nº 11, jan. 2000.

SILVA, Sandra Rosa de Lima. **Educação Infantil e Linguagem: a importância da aquisição da linguagem na pré-escola.** Guarabira: UFPB, 2013.

SUZIN, Lourivane A. Meneguzzo. **A linguagem na Educação Infantil.** X ANPED SUL, Florianópolis, out. de 2014.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.